

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL
CELEBRADO ENTRE ORIGEM ENERGIA
ALAGOAS S.A. E COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA
– BAHAGÁS EM 21 DE DEZEMBRO DE 2021**

Pelo presente instrumento particular, que entre si celebram as PARTES abaixo qualificadas:

ORIGEM ENERGIA ALAGOAS S.A., sociedade com sede na Rua Mena Barreto nº 120, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.271-100, inscrita no CNPJ sob o nº 34.186.669/0001-31, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de vendedora, doravante denominada “VENDEDORA”

e

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHAGÁS, sociedade com sede na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.838, Pituba, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41.810-012, inscrita no CNPJ sob o nº 34.432.153/0001-20, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de compradora, doravante denominada “COMPRADORA”.

CONSIDERANDO QUE:

- Em 21 de dezembro de 2021 as PARTES celebraram o Contrato de Compra e Venda de Gás Natural (“CONTRATO”);
- As PARTES negociaram e decidiram ajustar determinadas Cláusulas do CONTRATO;
- Conforme prevê o item 22.2 do CONTRATO, qualquer modificação ao CONTRATO deve ser formalizada mediante celebração de aditivo contratual pelas PARTES.

Têm as PARTES, entre si, justa e acordada, a celebração do Primeiro Aditivo ao CONTRATO (“PRIMEIRO TERMO ADITIVO”), que será regido pela legislação aplicável e pelos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES

1.1 Os termos grafados em caixa alta neste PRIMEIRO TERMO ADITIVO, salvo disposição em contrário, terão o significado que lhes foi atribuído no CONTRATO.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO tem por objeto alterar: (i) a CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS; (ii) a CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO

GÁS; (iii) a CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA; (iv) a CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS; (v) a CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO; (vi) a CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO; (vii) a CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES; e (viii) a CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO.

CLÁUSULA TERCEIRA – ALTERAÇÃO NO CONTRATO

3.1. As PARTES acordam em inserir a definição de DOCUMENTO DE CRÉDITO e ajustar as definições de outros termos definidos constantes do item 1.1 do CONTRATO, os quais passam a vigorar com as seguintes redações:

“DOCUMENTO DE CRÉDITO: significa qualquer carta de crédito, bem como qualquer outro documento ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE à outra para concessão de crédito de um valor que deva ser devolvido ou creditado, nos termos do CONTRATO, para a outra PARTE.

(...)

ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT): significa a eventual parcela de custo de transporte calculado conforme item 13.4, observado o item 5.1.2, correspondente aos custos incorridos pela VENDEDORA em razão da contratação do transporte não incluídos nos itens 13.1 de faturamento regular do GÁS.

ENCARGO DE CAPACIDADE (EC): significa o encargo de capacidade não utilizada, devido pela VENDEDORA ao TRANSPORTADOR, associados à reserva de capacidade de transporte do gás disponibilizada à COMPRADORA, a ser faturada na forma do item 13.4 e subitens.”

3.2. As PARTES resolvem modificar o item 5.1.2, para incluir redação que deixa expresso que o compromisso ali previsto consiste no ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT), e os itens 5.1.5 e 5.5 do CONTRATO para alterar o provedor das cotações de preço do Brent, passando da *U.S. Energy Information Administration* (EIA) para *Intercontinental Exchange* (ICE). Assim, os referidos itens passam a vigorar com a seguinte redação:

“5.1.2. Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA NO FORNECIMENTO (ou qualquer conduta da VENDEDORA que viole o GTA ou a LEI), PARADAS PROGRAMADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a reembolsar à VENDEDORA, todos os custos e/ou encargos incorridos pela VENDEDORA na prestação dos serviços de transporte para atendimento do CONTRATO, ressalvado item 4.5.1, como ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT), incluindo, mas não se limitando à eventuais custos decorrentes de penalidades e/ou indenizações devidas pela VENDEDORA à TRANSPORTADORA que

sejam relacionados com o objeto do presente CONTRATO e em decorrência de atos ou fatos que a COMPRADORA tenha dado causa.

(...)

5.1.5. A PARCELA DE MOLÉCULA (PM), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, nos PONTOS DE ENTREGA e aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS, será calculada conforme a fórmula descrita a seguir, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais.

$$PM = 10,55\% \times B_{t-1} \times \frac{TC_{t-1}}{FC}$$

Onde:

PM	É o valor da PARCELA DA MOLÉCULA, expresso em R\$/m ³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
B _{t-1}	Até janeiro de 2023, é a média trimestral dos pontos diários dos preços do <i>Europe Brent Spot Price FOB</i> (Dólares Norte-Americanos por barril) publicado pela EIA (<i>Energy Information Administration</i>) (Código: RB RTE), referentes aos meses anteriores (m-4, m-3 e m-2), em US\$/bbl, sendo "m" o primeiro MÊS do período de aplicação da PARCELA DE MOLÉCULA (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso). A partir de fevereiro de 2023, ou seja, a partir do reajuste do mês de fevereiro de 2023, é a média trimestral das cotações diárias do <i>Brent Crude Future Settle Price</i> (código %BRN 1!-ICE) publicadas pela ICE (International Exchange – ICE Futures Europe), em US\$/bbl, referentes aos meses anteriores (m-4, m-3 e m-2), sendo "m" o primeiro MÊS do período de aplicação da PARCELA DE MOLÉCULA (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
TC	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o primeiro MÊS do período de cálculo da aplicação do PREÇO DO GÁS (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
FC	É o fator de conversão de Milhão de Unidade Térmica Britânica (MMBTU) para METROS CÚBICOS, igual a 26,8081.

(...)

5.5. Na hipótese de o Banco Central, o EIA, o ICE ou o BLS deixarem de publicar quaisquer cotações que compõem as fórmulas de cálculo apresentadas no item 5.1, as PARTES deverão acordar a utilização da cotação de um novo indicador. Na ocorrência de impossibilidade dessa substituição, caso as PARTES não acordem no prazo de 15 (quinze) DIAS qual o indicador cuja cotação deverá ser utilizada, qualquer uma das PARTES poderá recorrer à ARBITRAGEM. Até a solução final da controvérsia, o faturamento deverá ser feito com base na cotação do indicador escolhido pela VENDEDORA."

3.3. As PARTES acordam em revogar o item 7.1.1 do CONTRATO e excluir os seus subitens 7.1.1.1 e 7.1.1.2. O item 7.1.1 será mantido sob a marca de “Item Revogado”, de forma que a numeração dos demais itens do CONTRATO permaneçam inalterados.

3.4. As PARTES resolvem alterar o item 12.2 (a), para ajustar o período de parada programada em 2022, o qual vigorará com a seguinte redação:

“12.2 (a) A duração das PARADAS PROGRAMADAS de cada PARTE estará limitada ao total de 360 (trezentos e sessenta) horas por ANO. Excepcionalmente, no ano de 2022, o total de horas não ultrapassará 240 (duzentas e quarenta) horas, e para 2023, não ultrapassará o total de 480 (quatrocentos e oitenta) horas de PARADA PROGRAMADA.”

3.5. As PARTES resolvem ajustar a CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO, para inclusão (i) do ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE; e (ii) da metodologia de formalização da recuperação das QUANTIDADES RECUPERADAS. Em função destas mudanças, a integralidade da CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO passa a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO

13.1. Pelo fornecimento de GÁS em um dado MÊS, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = QDRM \times PG \text{ onde:}$$

F	É o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO;
QDRM	É a soma da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) em cada DIA do MÊS em questão apurada em cada PONTO DE ENTREGA, deduzida a QUANTIDADE DE GÁS recebida fora da especificação pela COMPRADORA na hipótese prevista no item 11.7(c) ou (e);
PG	É o PREÇO DO GÁS (PG) no último DIA do MÊS, incluindo qualquer desconto na forma dos itens 11.7(c) ou (e).

13.2. Faturamentos pelo não atendimento aos compromissos de retirada do GÁS da COMPRADORA.

13.2.1. RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM).

13.2.1.1. O valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) em determinado MÊS, na forma do item 7.1.2.2, será o produto da QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) pela PARCELA DE MOLÉCULA vigente no último DIA do MÊS em questão, conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{RMM} = QNR_{RMM} \times PM; \text{ onde:}$$

FAT _{RMM}	É o valor a ser pago de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) pela COMPRADORA à VENDEDORA, em razão do não cumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL estabelecido no item 7.1.2.2.
QNR _{RMM}	É a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) no MÊS.
PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) no último DIA do MÊS, incluindo qualquer desconto na forma dos itens 11.7(c) ou (e);

13.2.2. Recuperação de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR)

13.2.2.1. Quando ocorrer a recuperação de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) através de QUANTIDADE RECUPERADA (QR) pela COMPRADORA, conforme item 7.1.2.5, será concedido à COMPRADORA um crédito, mediante a emissão de um DOCUMENTO DE CRÉDITO com valor determinado pela seguinte fórmula:

$$DCred_{QPNR} = QR_M \times PM ; \text{ onde:}$$

DCred _{QPNR}	-	É o valor do DOCUMENTO DE CRÉDITO a ser creditado à COMPRADORA em face da recuperação, em R\$, em determinado MÊS, de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR).
QR _M	-	É a QUANTIDADE RECUPERADA pela COMPRADORA (QR _M) no MÊS.
PM	-	É a PARCELA DA MOLÉCULA, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, referente ao MÊS da respectiva recuperação, sem tributos.

13.2.2.2. A QUANTIDADE RECUPERADA pela COMPRADORA (QRM) no MÊS será apurada no fechamento do MÊS, e o seu respectivo valor (sem tributos) será creditado à COMPRADORA, em compensação de um respectivo DOCUMENTO DE COBRANÇA, no qual serão considerados os tributos devidos, referente ao MÊS da respectiva recuperação.

13.3. Para fins dos itens 13.1 e 13.2.1 e 13.2.2, o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos e encargos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

13.4. O valor do ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT), incluindo o ENCARGO DE CAPACIDADE (EC), devido pela COMPRADORA à VENDEDORA, relativo aos custos incorridos pela VENDEDORA em razão da contratação do transporte não incluídos nos itens 13.1 de faturamento regular do GÁS previstos no item 5.1.2 serão faturados MENSALMENTE pela VENDEDORA. A cobrança do EAT não exclui a obrigação da COMPRADORA de pagar os valores devidos neste CONTRATO, sendo este encargo cumulativo aos demais.

13.4.1. No período de 01/01/2022 a 30/06/2022, a VENDEDORA não considerará e deverá excluir da cobrança do EAT os valores dos custos e encargos referentes aos dias em que a QDP tenha ficado abaixo de 30.000 m³/dia (trinta mil METROS CÚBICOS por dia) nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

13.5. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

13.5.1. A cobrança de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, será realizada MENSALMENTE, após o correspondente MÊS a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

13.6. Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram.

13.7. DOCUMENTOS DE COBRANÇA – Datas de vencimento.

Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos, em moeda corrente, até o 10º (décimo) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Em caso de atraso na apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de DIAS ÚTEIS de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas.

13.8. Tributos e Encargos.

O recolhimento dos tributos de qualquer natureza e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura ou suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

13.8.1. Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, ou, ainda, alterações no PONTO DE ENTREGA, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

13.8.2. A revisão prevista no item 13.8.1, para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da VENDEDORA, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou qualquer decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da VENDEDORA.

13.8.3. O PREÇO DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de

Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Economia, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

13.8.4. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com os itens 13.6 e 13.7.

13.8.5. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

13.9. ENCARGOS MORATÓRIOS.

No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), juros de mora de 1% (um por cento) ao MÊS, pro rata tempore, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, além de multa moratória de 2% (dois por cento), calculados sobre o montante atualizado.

13.10. Cobranças Objeto de Controvérsia.

13.10.1. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

- (a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do

DOCUMENTO DE COBRANÇA e reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia;

- (b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e
- (c) Se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste CONTRATO.

13.10.2. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 13.10.1(b) e (c)."

3.6. As PARTES resolvem modificar o item 16.2(a) do CONTRATO para possibilitar a instauração de ARBITRAGEM independentemente de MEDIAÇÃO, caso seja apresentado pedido cautelar prévio, passando o referido item a vigorar com a seguinte redação:

"16.2 (a) Antes de instaurar procedimento de ARBITRAGEM, deverá ser instaurado um procedimento de MEDIAÇÃO, a ser iniciado por qualquer uma das PARTES. Tal MEDIAÇÃO será administrada pela CÂMARA e instaurada e realizada na forma do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA e da Lei 13.140/15. Caso alguma PARTE apresente pedido cautelar prévio à ARBITRAGEM, a MEDIAÇÃO não será obrigatória, ficando as PARTES autorizadas a instaurar procedimento arbitral independentemente da MEDIAÇÃO."

3.7. As PARTES resolvem modificar o item 16.5 do CONTRATO para alterar o foro; portanto, o referido item passa a vigorar com a seguinte redação:

"16.5 Foro

Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este CONTRATO, as PARTES poderão recorrer ao foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; ou (ii) ao foro onde a medida será efetivada, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

3.8. As PARTES reconhecem que no momento da geração da versão final do CONTRATO o item 17.2 foi suprimido e sua redação ficou no item 17.1. Dessa forma, as PARTES decidem dividir a redação do item 17.1 em dois itens, criando o item 17.2, conforme redação abaixo:

“17.1 O CONTRATO, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido total ou parcialmente, empenhado ou de outra forma gravado, salvo com o consentimento por escrito da(s) outra(s) PARTE(S), observado o disposto no item 17.2 abaixo.

17.2 Cada PARTE poderá transferir, sem o consentimento da outra PARTE, o CONTRATO ou os direitos relativos ao CONTRATO à sua controladora, às controladas, subsidiárias, coligadas ou afiliadas da sua controladora. Neste caso, a PARTE cedente será mantida como responsável solidária de todos os deveres e responsabilidades estabelecidos neste CONTRATO.”

3.9. As PARTES resolvem modificar os itens 18.1 e 18.2 do CONTRATO, para corrigir o endereço da VENDEDORA; passando os referidos itens passam a vigorar com a seguinte redação:

“18.1 Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO serão considerados como NOTIFICAÇÃO qualquer comunicação entre as PARTES cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, relacionadas ao CONTRATO:

(a) VENDEDORA

Rua Lauro Muller, 116 / sala 4402 – Botafogo, CEP 22.290.906
Rio de Janeiro – RJ
A/C: Luna Maria Teixeira Viana
Fone: (21) 3079-7183 / (21) 98135-8323

(b) COMPRADORA

Av. Prof. Magalhães Neto, 1.838 – Pituba – Salvador – BA
CEP 41.810-012
A/C: Gerência de Suprimento de Gás e de Mercado
Fone: (71) 3206-6198

18.2 Serão válidas ainda como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra PARTE, mediante telefonema gravado, transmissão de fac-símile ou comunicação eletrônica, em qualquer caso, com confirmação de recebimento, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

(a) VENDEDORA

Rua Lauro Muller, 116 / sala 4402 – Botafogo, CEP 22.290.906
Rio de Janeiro – RJ
A/C: Luna Maria Teixeira Viana
Fone: (21) 3079-7183 / (21) 98135-8323
Correios eletrônicos (e-mails):

Comercial: julio.dantas@origemenergia.com

Operações: comops@origemenergia.com

(b) COMPRADORA

Av. Prof. Magalhães Neto, 1.838 – Pituba – Salvador – BA

CEP 41.810-012

Fone: (71) 3206-6198

Plantão Emergencial: (71) 3632-3422 / (71) 99138-9000

Correios eletrônicos (e-mails):

Comercial: mercado_gas@bahiagas.com.br

Programação: programacao_gas@bahiagas.com.br

Medição e Qualidade: medicao@bahiagas.com.br

Consolidação: programacao_gas@bahiagas.com.br

Faturamento: faturamento_gas@bahiagas.com.br”

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO E DAS DECLARAÇÕES

4.1. Permanecem inalteradas, ratificadas e em vigor todas as demais Cláusulas e disposições do CONTRATO não expressamente modificadas por este PRIMEIRO TERMO ADITIVO.

4.2. Cada uma das PARTES declara que:

- (i) o PRIMEIRO TERMO ADITIVO cria obrigações legais, válidas e vinculantes, exequíveis de acordo com seus termos e condições;
- (ii) todas as autorizações necessárias para permitir a celebração do PRIMEIRO TERMO ADITIVO e a execução de suas obrigações foram obtidas; e
- (iii) a assinatura, celebração e execução do PRIMEIRO TERMO ADITIVO não entra em conflito com (a) qualquer contrato que tenham celebrado; (b) seus documentos constitutivos; (c) legislação em vigor; (d) decisão judicial; e (e) normas regulatórias.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO é válido e passa a produzir efeitos imediatamente a partir da data de sua celebração.

CLÁUSULA SEXTA – DA LEI APLICÁVEL E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

6.1. O presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO será regido e interpretado de acordo com as LEIS da República Federativa do Brasil.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONCORDÂNCIA DAS PARTES

Salvador, 09 de fevereiro de 2023.

Nathan Allan Biddle
Diretor

Diretora Técnica e Comercial

antas

[Redacted]



- ✓ [Redacted]
- ✓ [Redacted]
- ✓ [Redacted]
- ✓ [Redacted]
- ✓ [Redacted]
- ✓ [Redacted]



Eventos do documento

09 Feb 2023, 14:41:18

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]